

EDIFICANDO MEMÓRIAS: UMA BREVE ANÁLISE DA OBRA MEMORIALISTA “LEMBRANÇAS DE MATO GROSSO”

BUILDING MEMORIES: A BRIEF ANALYSIS OF THE MEMORIALIST WORK “MEMOIRS OF MATO GROSSO”

Ilsyane do Rocio Kmitta*
kmitta.sy@gmail.com

RESUMO: Apresentamos uma breve análise da obra memorialista “Lembranças de Mato Grosso” cuja edição Fac-similar é datada de 1897 e integra a coleção “Memórias Históricas”, volume I, editada pela Fundação Júlio Campos em 1993. A referida fundação tinha como um de seus objetivos o resgate e a difusão de obras históricas que diziam respeito a história de Mato Grosso. No livro Lembranças do Matto Grosso, escrito por Maria do Carmo de Melo Rego, é possível notar que além da construção de um relato memorialístico, apresenta também as várias mulheres que emergem pelos caminhos, a medida em que a autora se depara com variadas identidades femininas e nelas edifica suas memórias e a sua própria identidade como mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Memória histórica; Mato Grosso.

ABSTRACT: We present a brief analysis of the memoir "Memoirs of Mato Grosso," whose facsimile edition is dated 1897 and is part of the "Historical Memories" collection, volume I, published by the Júlio Campos Foundation in 1993. One of the foundation's objectives was to rescue and disseminate historical works related to the history of Mato Grosso. In the book "Memoirs of Matto Grosso," written by Maria do Carmo de Melo Rego, it is possible to note that in addition to constructing a memoir, it also presents the various women who emerge along the way, as the author encounters various feminine identities and builds her memories and her own identity as a woman within them.

KEYWORDS: Women; Historical memory; Mato Grosso.

Nota Introdutória

Apresentamos uma breve análise da obra memorialista “Lembranças de Mato Grosso” cuja edição Fac-similar é datada de 1897 e integra a coleção “Memórias Históricas”, volume I, editada pela Fundação Júlio Campos em 1993. A referida fundação tinha como um de seus objetivos o resgate e a difusão de obras históricas que diziam respeito a história de Mato Grosso. Razão pela qual ponderamos, que o escrito que ora propomos analisar, integra um conjunto memorialístico que compõe a manutenção da memória e de um discurso de pioneirismo que marcou as lutas e glórias que ainda hoje perpetuam, sendo constantemente reproduzidos por memorialistas. Ademais, avaliamos tais memórias como “subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (Pollak, 1989,p.2).

* Doutora em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pós-Doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação stricto sensu da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Ao escrever sobre a autora, Oliveira pondera que recebendo o incentivo de Taunay, “D. Maria do Carmo veio a publicar um pequeno livro de viagens, também pela Typographia Leuzinger, em 1897, intitulado *Lembranças do Matto Grosso*, no qual nos relata alguns episódios ocorridos durante sua estada na província” (OLIVEIRA, 2007, p.91). Ainda segundo o autor, em 1895, a mesma havia publicado seu primeiro escrito com o título “*Guido: páginas de dor*”, dedicado ao filho adotivo, lamentando sua morte.

Para M^a Ester Sartori

Pouco se sabe sobre a história da vida de Maria do Carmo antes da sua mudança para o Brasil. Ao que tudo indica, ela nasceu em 1840 na Estância de Lencho, no Uruguai. Viúva do Tenente Manuel Amaro Barbosa de Alencastro, Maria do Carmo, aos 24 anos, casou-se com o general Francisco Raphael de Mello Rego, em 18 de outubro de 1860, no Jaguarão, Rio Grande do Sul. Após o casamento, viveu no Rio de Janeiro com Francisco Raphael até o momento em que ele foi nomeado presidente da província do Mato Grosso, em 16 de novembro de 1887. Depois disso, o casal mudou-se para Cuiabá e José Raphael exerceu o cargo de presidência da província até 6 de fevereiro de 1889. Ao final do mandato, a família retornou para o Rio de Janeiro e levou consigo o filho adotivo, uma criança indígena da comunidade *Bororo* chamado *Piududo*. Na capital, a criança foi batizada com o nome cristão de Guido. Maria do Carmo faleceu no Rio de Janeiro e não sabemos, ao certo, em que data (2019, p. 6-7).

No livro *Lembranças do Matto Grosso*, escrito por Maria do Carmo de Melo Rego, é possível notar que além da construção de um relato memorialístico, apresenta também as várias mulheres que emergem pelos caminhos, a medida em que a autora se depara com variadas identidades femininas e nelas edifica suas memórias e a sua própria identidade como mulher.

Michele Perrot (2005), salienta que escrever sobre as mulheres é romper o silêncio, sair da invisibilidade, e no escrito analisado, uma mulher chama para si a tarefa de apresentar a história as muitas mulheres confinadas em sua existência. São escritos que gradativamente adquirem papéis emblemáticos na elaboração de uma parcela da História do Mato Grosso no Século XIX, período em que as mulheres eram excluídas ou tinham mínima visibilidade na história, na literatura e demais ciências.

Lembranças de Mato Grosso

Recorremos a Hartog (2011) quando o autor analisa que a busca das fontes e a possibilidade de um olhar crítico sobre as mesmas permite uma articulação que estabelece a

ligação e/ou relação entre o presente que se configura como articulador na escrita dos acontecimentos e os fatos originários do passado. Ademais, a análise das fontes, auxilia e organiza a visibilidade do invisível na escrita do discurso, onde o olhar será o depositário da clareza, do segredo visível. O olhar da/o historiador/a sobre as fontes gera o entendimento que organiza o quadro, no qual os pontos isolados convergem para o não dito que o emoldura, tornando esse quadro visível para o/a leitor/a.

Guarinello (1993) salienta que em grande medida, o historiador é também um produtor de memórias, e para tanto, é preciso entender como em sua complexidade e contradições, essa memória está inserida em um conjunto que envolve a produção social de memórias individuais e/ou coletivas. Essa perspectiva é adotada por Durval Albuquerque quando salienta que “a história nos retira a inocência diante daqueles eventos que nos cercam, prepara a nossa subjetividade para ter uma visão crítica diante das coisas que nos dizem como sendo verdades incontestáveis” (2012:19).

Portanto, quando a proposta é analisar, um fragmento da história, devemos ser cautelosas/os sem perder de vista as implicações dela advindas, enquanto produtoras/es de fontes, sabedoras/es que toda fonte traz a intencionalidade de quem as produziu.

A obra foi editada e publicada em 1993 integrando a *Coleção Memórias Históricas*. A Fundação foi criada em dezembro de 1986 em Várzea Grande, MT e apresentava como um de seus objetivos a difusão e o resgate de obras históricas. O objetivo principal girava em torno da preservação e divulgação das manifestações culturais regionais, literatura, geografia, história etnologia, artes plásticas, música, folclore, danças típicas e demais aspectos que envolvessem a cultura e a memória na constituição da memória e historiografia de Mato Grosso.

As justificativas e ressalvas apresentadas para tamanho leque de abrangências e de interesses apresentados pela Fundação, recaiam sobre o fato de que por mais que se divulgasse e ampliasse o quadro que envolvia os aspectos culturais como música folclore, danças, literatura e artes, as lacunas vinham à tona no que tange a história e ao ensino e, nesse quesito, faltava muito em termos de edição e publicação de trabalhos que “abrangessem toda uma gama de atividades culturais, ou mesmo algum segmento de per si”. A lacuna que insistia em emergir, deveria ser preenchida, e para tanto, a Fundação adentrou ao “mundo das instituições culturais que conseguem publicar alguma coisa”,

visando através dessa pequena inserção construir e legitimar sua história, de registrar e produzir memórias remodeladoras da história mato-grossense.

Segundo as palavras do Presidente da Fundação, Júlio José de Campos, havia a possibilidade de contribuir de forma mais incisiva na divulgação de uma cultura regional e outras atividades e assim dinamizar a edição de livros e demais trabalhos que marcariam “indelével e conceitualmente a presença desta entidade no mundo cultural dessa terra” que aparelhada ao Programa Memória Viva, composta pela coleção “Municípios de Mato Grosso”, e atuando conjuntamente traziam “a público mais uma proposta de salvamento da memória social desta terra e desta gente.” Trata-se de pensar tanto a memória quanto a região como algo dado e não como resultado de um processo histórico, de movimentação histórica, perfazendo um espaço de lutas e estratégias de dominação política e simbólica na constituição de práticas discursivas.¹

A iniciativa para as publicações tinha como marco inicial de seus idealizadores, a preocupação com o desinteresse cada vez mais acentuado “pelas coisas de nosso passado”, desconhecido por muitos e que em nada contribuíam para o futuro, pela história. Assim, “fatos, personagens e acontecimentos importantes de nossa história ficam esquecidos na poeira dos séculos, e todo um tempo de lutas e de glórias vai se esvaindo aos poucos e se perdendo irremediavelmente na memória de nosso povo”. No discurso de Julio de Campos,

Nossa história, forjada na intrepidez dos primeiros exploradores bandeirantes, nas lutas pela dilatação e fixação de nossas fronteiras, no desbravamento e penetrações pelos sertões bravios ocupando todo um vazio demográfico e na fundação de um sem números de cidades pelo pioneirismo de seus migrantes, orgulho da gente mato-grossense, não pode ser esquecida, não pode ser deixada somente na lembrança dos mais velhos ou de alguns poucos e isolados historiadores que a isso se dedicam. Não. Essa nossa história tem que ser contada aos novos mato-grossenses

¹ No contexto das publicações que envolvem a historiografia, de acordo com Zorzato (1998) várias obras são republicadas nos anos de 1970 e outras tantas foram “escritas com a clara intenção de esclarecer que o lugar tinha dono.” O autor cita obras relevantes como História de Mato Grosso de Virgílio Corrêa Filho (1969); Datas Matogrossenses de Estevão de Mendonça (1973); Dicionário Biográfico Mato-Grossense de Rubens de Mendonça (escrito em 1953 e republicado em 1971); História das Revoluções em Mato Grosso (1970) Roteiro Histórico e Sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá (1952/1954/1975) História de Mato Grosso (1967/1970); História do Poder Legislativo de Mato Grosso (1969 vol. I e II); História da Literatura Mato-Grossense (1979). Para Zorzato toda a obra de Rubens de Mendonça “tem em comum a intenção de reforçar a lembrança de pessoas, lugares e acontecimentos considerados importantes para a memória local.” E ainda “todos os memorialistas estão preocupados em construir uma história consensual.” Observamos que as publicações da Fundação Julio Campo vinham ao encontro de tais obras reforçando uma memória local, regional, justificando práticas políticas e trazendo à tona fatos que deveriam ser constantemente lembrados.

que aqui nasceram ou para cá vieram de todos os rincões desta Brasil (1993: s/p).

Em conformidade com Pollak (1989) a referência ao passado serve para construir uma identidade, manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, como também marcar as oposições irreduzíveis. Partindo da assertiva do autor, analisamos que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade. Assim, é o denominador comum de todas essas memórias, como também das tensões entre elas que intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural. E ainda, para o autor, “se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é” (Pollak, 1992, p.8).

Essa constatação remete-nos a um exame no âmbito da historiografia regional no que tange à construção de uma memória e de uma identidade regional na composição da historiografia do Mato Grosso e posteriormente do Mato Grosso do Sul, utilizada em grande parte para o cumprimento do referencial curricular de história. Se de um lado, para Le Goff (1992, p. 24) “passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história”, por outro lado, de acordo com Osvaldo Zorzato (1998), a construção da memória mato-grossense foi forjada por grupos locais, servindo de suporte para uma identidade desejada na intenção de fugir do “estigma da barbárie” ou ainda, para alinhar os migrantes a uma forma mato-grossense de ser.

Tal ótica de análise, propicia que o discurso regionalista tem por função impor e legitimar, de fazer conhecer e reconhecer uma região, buscando na eficácia do discurso os elementos como a memória e a linguagem que atuam como um artefato social que traz à existência aquilo que é enunciado, revelando os interesses dos grupos envolvidos na sua constituição, sua aceitação e reconhecimento, afirmando “uma suposta peculiaridade” e inserindo o “Mato Grosso no cenário nacional”, ou seja, construindo uma “memória que se quer preservar”, utilizando-se para isso “de fontes documentais e até de construções literárias” para justificar afirmações e conclusões estabelecidas adornadas por um caráter pseudocientífico (Zorzato, 1998, p.10).

Memória que atuaria como base de sustentação para um projeto identitário e ao mesmo tempo político, cujo amalgama é a identidade e o pertencimento². As indicações e publicação de livros que expressavam aspectos representativos da tradição e da cultura local, não traziam preocupações com o rigor historiográfico, e sim, eram utilizados para despertar o sentimento de pertença, que através da memória e tradição e da sua reprodução, definia os lugares sociais de cada segmento e grupos nele envolvidos. Construindo-se desse modo uma “memória de consenso, onde todos são apresentados como pertencendo a uma “mesma família”, “filhos do mesmo solo” (Zorzato, 1998, p.15).

A obra analisada iniciou a *Coleção Memórias Históricas* em seu volume 1 (um) trazendo em edição fac-similar os relatos escritos em 1897 por Maria do Carmo de Melo Rego quando na sua viagem do Rio de Janeiro para Cuiabá. Um livro que traz no “silêncio” e faz emergir de suas páginas a figura de muitas mulheres, seus encantos e desencontros. Mulheres que “desnadam” a si mesmas para fazer insurgir outra mulher que causa estranhamento, que de uma forma sutil evoca sua imagem nos olhares tímidos e embaraçados pelas imagens que se revelavam ao longo da viagem.

Na assertiva de Sartori,

os diários pessoais e livros de memórias que, a partir do século XVIII tornaram-se a arte da existência e do exame de consciência, adentraram o século XIX como uma das formas de registro pessoal e de escrita de si possíveis no momento em que encerravam em suas páginas, revelações íntimas, reflexões cotidianas e os desejos proibidos de quem os escrevia (2019, p. 2).

Memória, histórias e mulheres que são silenciadas pela necessidade da construção de um relato memorialista imposto e que seja capaz de perpetuar por gerações. Nesse aspecto, a identidade não é produzida a priori, e sim envolve os processos de socialização que formam e forjam essa identidade. A representação não se dá no vazio, ela é produzida, e as experiências são pautadas nas subjetividades, não sendo possível descartar a ideologia que faz do humano um sujeito histórico. Assim todo grupo conserva as especificidades

² KMITTA, I. D. R. (2014). PANTANAL: notas e considerações sobre identidade, cultura e representação. Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História, 11(18). https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/310/352

KMITTA, I. do R.; CALHEIROS, D. F. Olhares historicamente construídos sobre a planície pantaneira. História Revista, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 188–220, 2015. DOI: 10.5216/hr.v19i2/30100. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/30100>.

adquiridas no processo de socialização e/ou aprendizagem através dos quais os indivíduos introjetam os padrões culturais e sociais vigentes, adquirindo habilidades para desempenhar o papel, a função que a sociedade lhes atribuiu. Os escritos memorialistas surgem nesse contexto para dar suporte a uma identidade forjada que sustenta um aporte de poder almejado.

Como o intuito é analisar um relato de 1897, é preciso salientar que estudos revelam que até o Século XIX, as mulheres não apareciam nos relatos históricos, no entanto, as mulheres sempre existiram nos silêncios propositalmente constituídos para elas na história. Para Michelle Perrot (2005), as razões pelas quais as mulheres foram deixadas nas “margens” ou “sombra” da história estão alicerçadas no fato de que basicamente todo o processo histórico foi uma “história escrita no masculino”, gerando, conseqüentemente, a falta de registros sobre as mulheres e a construção dos papéis atribuídos a elas no interior da sociedade do século XIX.

Cenário que apresentou mudanças somente a partir da década de 1960, quando a chamada História Nova possibilita uma escrita da história inserindo grupos sociais até então “esquecidos”, ou propositalmente relegados ao esquecimento³. As mudanças na prática historiográfica tiveram como resultante a alteração significativa nas décadas finais do Século XX, com o alargamento no campo de abordagens e a preocupação dos historiadores que se voltou para a renovação temática que passou a incluir, o corpo, as festas, o mito, as crianças, as práticas culinárias e as mulheres, contemplando uma miríade de questões ausentes e propositalmente “esquecidas” ao longo da história.

Historicamente, restringir o papel social da mulher, gerou conseqüências negativas nas relações estabelecidas entre o masculino e o feminino. Uma questão que tem sua origem na naturalização de tais papéis pela sociedade, quando o ambiente doméstico é destinado às mulheres, sentencia e restringe silenciosamente, sua participação no espaço público. Isso não significa necessariamente, que as mulheres aceitaram prontamente essa condição e permaneceram passivas no decorrer de toda nossa história. As experiências do cotidiano exigem resistências, e estratégias são elaboradas pela mulher, à medida em que ela articula as bases de sua resistência com a sua subordinação, para tanto,

³ PERROT, Michele. Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros. Editora Paz & Terra; 1988.

tem-se a existência de fontes que apontam para a ação efetiva e participativa de mulheres em situações diferentes das esperadas pela sociedade patriarcal brasileira no século XIX (seja no mar, nas fazendas ou atuando em estudos científicos). Assim foi com Maria do Carmo de Mello Rego, mulher viajante e escritora do século XIX (Sartori, 2019, p. 6).

A historiografia apresenta a sociedade do tempo presente como resultante dos desdobramentos, em seus mais variados âmbitos, da sociedade do passado, projetando sobre o presente sua força de categorias com discursos construídos sobre esse passado, trazendo nas práticas discursivas as permanências nas representações que são dotadas de inteligibilidade traduzindo um sentido de racionalidade e intencionalidade, como no caso do patriarcado. A prática historiográfica, por sua vez, constrói a identidade social podendo gerar a subordinação do sujeito em conformidade com os papéis historicamente construídos. A historiografia, em suas áreas de domínio constrói os campos da política e poder e gera espaços de resistências e de mudanças. Seus sentidos e significados são delimitados a partir das fontes utilizadas e do desdobramento dos fatos a partir de olhares desnudos sobre a História.

Após as ponderações acima, e objetivando a análise, notamos na introdução geral, escrita por Julio José de Campos em 1993, que a preocupação central da Fundação que financiou a obra, era a publicação de trabalhos capazes de abranger toda a gama das atividades culturais ou de segmentos particularizados para a divulgação de uma cultura regional que posteriormente fosse utilizada nas instituições culturais e de ensino. A ideia da fundação, com o lançamento da coleção, era a construção de uma memória que atravessasse gerações. Construir uma memória histórica que contemplasse em seu interior fatos, personagens e acontecimentos importantes de nossa história, fatos esses que não levariam ao esquecimento das lutas e glórias de seus ilustres protagonistas. Intuito esse com o qual muitos memorialistas já trabalhavam elaborando e apresentando um projeto identitário e uma memória de sustentação histórica.⁴

⁴ Em comemoração ao centenário de nascimento de Rubens de Mendonça – em julho de 2013, foram reeditadas quatro de mais de 50 obras que perpetuaram seu nome como um dos mais importantes autores da literatura de Mato Grosso. A comemoração esta prevista para acontecer no decorrer dos próximos dois anos (2014/2015), marcada por eventos comemorativos em memória do autor cuiabano pela sua contribuição para a memória e história de Mato Grosso ao longo dos seus mais de 50 livros de literatura e poesias. Está incluso nesse projeto a distribuição de livros do autor (3 mil exemplares de cada título reeditado) em escolas públicas e particulares. Trata-se da reedição de parte da “*Coleção Memórias Históricas*”, pela Secretaria de Estado e Cultura de Mato Grosso, incluindo a reedição de “*Datas Matogrossenses*” de Estevão de Mendonça, pai de

Pontos notórios, abordando aspectos como a “intrepidez dos primeiros exploradores bandeirantes” que arduamente lutaram pela ampliação das fronteiras, desbravamento e inserções nos “sertões vazios”, possibilitando assim a ocupação de todo um “vazio demográfico” na fundação de cidades pelos bravos pioneiros e migrantes, “orgulho da gente mato-grossense”. É latente a necessidade da construção de uma história garantindo a perpetuação do pioneirismo através da edificação da memória fundante de Mato Grosso. Desse modo, a fundação se propõe a lançar obras inéditas que tragam em seu bojo esse passado de lutas e tradições, resultado de “pesquisas e estudos sérios”, cuja função cabia também aos pesquisadores e historiadores cuidadosamente escolhidos para essa tarefa.

Lembranças de Mato Grosso foi pontapé inicial da coleção, considerado uma obra rara, de acordo com seus editores, sendo escrita “com a visão culta, simples e juvenil, de uma primeira-dama de 24 anos que morou em Cuiabá entre 1887 e 1889”. Seguindo a apresentação referente à autora, emerge como referencial na descrição a figura marcante do esposo como Presidente de Província, Coronel Francisco Rafael do Mello Rego. Para Júlio de Campos, a publicação do relato foi uma homenagem a “jovem senhora que tão bem soube captar e analisar a sociedade e retratar seu modo de vida”. As expressões que qualificam o trabalho de escrita da autora se reduzem a “singela e de fácil leitura”, acompanhadas pela afirmação de que se trata de uma “justa homenagem”. Deixando uma lacuna, uma indagação: quem de fato é o homenageado (a)? Certamente não será Guido, o filho adotivo, uma criança indígena Bororo. Não será mulher que responsável pelos escritos e narrativas da viagem.

Edificando Memórias

A dedicatória que antecede os relatos traz o tributo de amizade direcionada ao Visconde de Taunay, originando referência aos trabalhos do mesmo sobre Mato Grosso, revelando gratidão pela simpatia que tem mostrado, pela elegância e propriedade com que escreve sobre os formosos sítios mato-grossenses. Palavras essas que marcam o pontapé inicial na constituição dos relatos, conduzindo para uma leitura que mistura e mira em sua descrição a contradição, a falta de entusiasmo e a hesitação da autora, em sair do Rio de Janeiro, em outubro de 1887, e seguir para Mato Grosso, mais especificamente Cuiabá.

Rubens de Mendonça. A iniciativa e ações partiram da filha do autor, preocupada com a preservação e difusão da memória de Mato Grosso.

Seguiu hesitante, mediante tudo que ouviu falar da longínqua província do Mato Grosso que se configurava como atrasada, incivilizada, selvagem e isolada, uma mistura de raças que envolvia indígenas, negros e estrangeiros que vinham tentar a sorte na longínqua e inhóspita província.

Assolavam-lhe sentimentos como o pesar em deixar para trás o conforto de seu cotidiano, as condições da viagem no vapor, à distância e as condições climáticas. Relata o encontro com o prático mor da armada, que aos poucos foi preenchendo seus dias com as narrativas sobre os grandes feitos da Guerra do Paraguai (1865-1870) ⁵, descrita como a “história viva de todos os feitos e incidentes que haviam ilustrado a nossa briosa marinha durante a longa e penosa guerra do Paraguay”. Apresenta-se aqui mais um marco de memória, uma descrição detalhada contemplando aspectos marcantes da geografia, dos caminhos percorridos e das batalhas travadas, de “tanta façanha gloriosa, tanto episódio vibrante”. Relatos chamuscados pela melancolia experienciada pela autora, revelando sua inquietude e o incomodo pelo uso contínuo do espanhol na comunicação por parte da tripulação que a acompanhava.

É possível afirmar, que até esse ponto da leitura, qual vemos ao longo da nossa historiografia, a mulher esquecida nos textos históricos aparece como figurante do cotidiano masculino. Encontramos o silêncio como paradigma de ocultamento do elemento feminino. O silêncio ligado à ação seja da escrita seja das representações em seus variados espaços e tempo na constituição de uma teia de memória que passa pelo Forte Coimbra e vai até os relatos contidos na *Viagem ao redor do Brasil* (1875-1878) de João Severiano da Fonseca, publicada em 1880.

Na sequência da narrativa da autora, passando pela Fazenda Três Barras e chegando a Corumbá, aflora o inconformismo com a mudança, o incômodo causado pelo calor, das dimensões do vapor, no entanto, coexistindo com a preocupação em estabelecer relações com os moradores da região. Uma descrição das opções de lazer e do meio de transporte, da música, do modo de vestir se misturavam com a melancolia e o desejo de retroceder no

⁵ No artigo intitulado “A guerra do Paraguai em novos campos de batalha”, a autor salienta que “A Guerra do Paraguai foi privilegiada como elemento que teria contribuído para a construção de um passado histórico repleto de glórias, heróis, epopeias, batalhas e acontecimentos singulares [...] o episódio ficou nacionalmente conhecido e imortalizado na obra de Alfredo d’Escagnolle Taunay como *A Retirada da Laguna*.” (SQUINELO, 2000/2001, p. 79).

tempo, refazer o caminho de volta. A descrição poética da paisagem preenche os espaços deixados pela saudade, revelando uma mulher incompreendida e solitária as voltas com o romantismo, isolada à revelia pela geografia de pitoresco colorido.

É na reprodução do trecho de uma carta, endereçada a um amigo, que encontramos minuciosa descrição da autora sobre Cuiabá, cuja chegada se deu em um “ancoradouro morto, solitário”. A autora novamente se diz melindrada e até mesmo despreparada intelectualmente para tão “difícil incumbência”, ou seja, registrar através da escrita sua viagem, produzir memória. Ponderável tomar tal desabafo como a retomada do compromisso da construção de uma memória que exigia um conhecimento aprofundado sobre a região, do qual ela se julgava incapaz ou melindrada pela opressão memorialista? Em Cuiabá ao conjecturar como pode “vir de tão longe para se nos deparar isolamento tão completo!” Deixa transparecer a imagem que se tinha do Mato Grosso, longínquo, distante, isolado, uma parte do território que precisava ser explorado, apropriado, colonizado, civilizado aos moldes ocidentais.

A autora classificou como péssimas as construções e o traçado das ruas cuiabanas, manifestando sua insatisfação diante da arquitetura, do vazio do porto. Teceu elogios ao traçado das igrejas, sua decoração e localização fazendo emergir mais uma vez a memória os tempos áureos da extração do ouro em Mato Grosso, dos passeios a cavalo, da chalana em águas cristalinas e da “luxuriante vegetação.” Decorre daí uma dupla necessidade sendo a primeira um desejo de preservação do status quo e a segunda, do registro de um acontecimento particular, embora tangenciado por elementos, de cunho conservador, que a impediam de elaborar muitas críticas, se tomarmos como afirmativa da indagação proposta anteriormente.

Em visita ao palácio episcopal, recordou sua infância ao ver um castiçal, que lhe trouxe a lembrança o trabalho das “pretas que faziam rendas e crivos”. A lembrança dessas mulheres manifesta quão marcante foi a presença de mulheres negras em sua infância. A importância que tiveram na construção de seu universo infantil recheado de histórias. Trocava “lenços brancos com ramagens coloridas” por histórias, que de acordo com sua narrativa “ficavam tão alegres na sua condição de escravas”. A rememorar, retorna a infância e a casa de seus pais. A proteção e a educação recebida enquanto menina, e na juventude estava vinculada aos padrões sociais na qual estava inserida, um universo

masculino e controverso que ditava o domínio. O universo materno permanecia demarcado pelo apego a casa, ao jardim, aos acontecimentos cotidianos, á doçura, a beleza, a obediência e a fragilidade da criança-menina cuidadosamente preparada para receber na juventude os tributos da maternidade advindas do casamento, concretizada com a adoção de Guido.

Ponto significativo a salientar, a autora tinha 24 anos e sua infância e adolescência foram ditados pelo ambiente privado. A referência à escravidão não pode passar despercebida, em 1897, apenas nove anos haviam se passado desde a assinatura da Lei Áurea (1888) quando os cativos foram libertos, senzalas foram abertas, mas a Casa Grande não perdeu sua razão de existir, a submissão ao qual estavam expostos aqueles vistos como diferentes e indesejáveis, permanecia, e poderiam ser facilmente incorporados ao universo familiar para a realização de tarefas inglórias, revelando a existência de forjada democracia racial. Nesse contexto, pensar em uma memória e registrar uma história para ser contada por gerações e utilizada nas instituições de ensino, incluía construir uma imagem do negro incorporado ao cotidiano, apagando as marcas indeléveis deixadas pela escravidão.

Descrevendo os hábitos e costumes da população de Cuiabá, ponderou ser perceptível os “não poucos defeitos de educação, mais inveterados talvez que em outras zonas do Brasil”. Classificou os “costumes bons e maus como em toda parte”, com destaque para a paixão pela dança, festas e festividades. O casamento da filha do Barão de Casalvasco é descrito como distinto de bom gosto e de maneira correta tal qual a família do mesmo. Ao se referir aos notáveis da sociedade, descreve as mulheres como senhoras distintas casadas com dignos cavalheiros, sendo consideradas modelos de esposas e mães. Revelando uma imagem de família ideal que se desejava na composição da sociedade mato-grossense.

A presença da viúva Dona Maria Leopoldina Fontes, foi tecida pela autora com esmero. Classificou-a como uma “pessoa inteligente”, proprietária de uma usina e que atuava em todas as atividades em sua propriedade, seja no conserto de uma máquina seja na administração dos seus bens. Motivo de orgulho para o marido quando vivo. A ressalva que se segue, anula toda a elaborada descrição ao se utilizar de um parágrafo isolado em duas linhas, diz: “e não pense que se descuidava com isso dos afazeres domésticos”. Mesmo encantada com a presença dessa mulher, capaz de gerenciar e administrar problemas cotidianos com competência e desenvoltura, a mantém refém do espaço doméstico,

mostrando que as poucas oportunidades de afastamento desse ambiente, conservam como que o espectro de uma tarefa permanente e incompleta.

Historicamente, na associação da mulher aos elementos da natureza, o papel atribuído é sempre o oposto a força, caracterizada como frágil e estática, figurando assim ao lado negativo. É a permanência de valores oriundos do século XVI e a repetição de mitos tão presentes e vigentes no século XIX. Muitas associações são históricas e deterministas, detentoras de valores estereotipados, construídos e reconstruídos historicamente, ou seja, é do lugar na mulher na história. Cabe a/o historiador/a a análise de que “os dominados podem sempre esquivar-se, desviar as proibições, preencher os vazios de poder, as lacunas da História” (Perrot, 2005, p. 10).

Maria do Carmo, autora e narradora, reserva para Dona Demethilde Metello, detentora de “tantos títulos e digna de maior estima” uma comparação inusitada, nessa altura da narrativa, baseada quase que totalmente, na descrição de paisagens e ambientes, ela diz: “tivesse ela nascido homem!” Justifica tal expressão com as qualidades atribuídas a uma mulher, que goza da independência pela viuvez. Traz a educação dos filhos como uma referência a sua capacidade de conduzir sua vida tanto econômica quanto politicamente. Mostrando a presença marcante de uma mulher politizada que acreditava ser possível a inserção de novas ideias e projetos, alterando o cenário político e econômico cuiabano e vislumbrava um futuro para os filhos com base nas decisões do presente advindas de seus investimentos.

Esse fato em particular, destoa na narrativa que se segue quando apresenta as mulheres cuiabanas como muito bonitas senhoras distintas e as mocinhas como “alegres, vivas e interessantes”. Mocinhas essas que procuravam se relacionar com “pessoas de alguma distinção”. Onde o agrado e a reciprocidade dos sentimentos favoreciam a sociabilidade e as vantagens dela decorrentes demarcando as relações sociais alicerçadas nas virtudes de uma boa moça de família pela aliança do casamento.

Recorremos aqui, a leitura de Casnabet (1998) que revela o debate filosófico do século XVIII, reforça e estrutura todo um leque de discursos construídos desde a antiguidade sobre matrimônio e maternidade. Para a autora, toda a construção do discurso sobre a natureza feminina faz parte da construção masculina sobre o mesmo discurso, evidenciando ainda mais as “pseudo-diferenças”.

A descrição do caminho percorrido até Vila Maria, contém elementos que permitem analisar que toda sua narrativa de Maria do Carmo, estava cerceada pela necessidade de colocar no papel aquilo que evocasse aspectos positivos na constituição da memória direcionada para o ensino. Os acontecimentos narrados preservam características intrínsecas da natureza da região percorrida evocando em determinados pontos da narrativa a composição de suas paisagens. Em Le Goff, o autor analisa que

A memória coletiva foi um importante elemento da luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhor da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 1984, p.13).

O que está em jogo é a constituição e a construção de um espaço geográfico e político que contabilize os mais variados elementos humanos e da natureza na compleição de sua história, sem descartar os elementos detratores da mesma. Fato analisado quando ao descrever a caçada de tigres por um índio Guató que usava apenas arco e flecha, deixou transparecer aspectos inerentes a sua formação. Seus comentários trazem conotações pejorativas, trazendo à tona o estigma do bom selvagem inserido no processo civilizacional.

A cultura em seu discurso plural corrobora para justificar as próprias identidades que podem ser mutáveis, mas, que sempre são dadas por discursos de poder. Assim, a mulher, o negro, o indígena são peças da constituição de uma identidade mato-grossense, como também nacional marcando as páginas da história, onde as especificidades que o indivíduo ou o grupo produz, são niveladores das relações ou da reelaboração das mesmas.

Tanto a identidade, quanto a igualdade e a diferença são a base epistemológica dos estudos de gênero e da História das mulheres (Duby & Perrot, 1998). Se por um lado, no decorrer da viagem “índios, onças, jacarés e macacos” figuravam como temas principais das conversas - o que nos leva a pensar que o domínio das conversas recaía sobre o universo masculino - por outro lado, ser mulher era limitadora de espaços, gerando respeito não pela sua condição de mulher e sim pela sua condição de esposa de um presidente de província.

Os conceitos de espaço público e privado são estabelecidos, mesmo que fora de sua forma usual. Cobia a sociedade do Século XIX, de acordo com Perrot (2005) a definição dos

papeis e tarefas para as mulheres e homens por meio de um discurso que se apoiava na natureza dessas duas espécies.

Chama à atenção a análise que Maria do Carmo faz dos homens que com ela seguem viagem. Sutilmente descreveu seus atributos e “pseudo-habilidades”. A forma como descreve determinadas características, remete-nos a introdução da obra, quando sua apresentação contempla os requisitos destinados para uma jovem de 24 anos. Talvez, esse seja o diferencial que não extraiu de suas palavras escritas, o não dito, que com toda sutileza, ficou “escondido” pelo ar juvenil atribuído na escritura do texto.

Seu interesse pelas peculiaridades da região resultava em conversas com moradores que lhes contavam seus feitos. O contato com algumas mulheres no caminho de volta pela foz do Jaurú, se deu de maneira prazerosa, posto que as mesmas a esperavam trazendo consigo o que ela mais apreciava, desde os mais tenros anos de sua infância. Elas traziam e ofereciam suas histórias de vida associadas aos acontecimentos pitorescos de seu cotidiano. A análise que faz do contato com essas mulheres demonstra o quanto ignoravam a sua condição, não contida no seguinte desabafo: “Coitadas! Como se enganavam!” A sua presença gerava incômodo e estranhamento, diante da simplicidade dos moradores que a viam como um ser excêntrico, cujas atitudes não convinham com a figura de mulher que se apresentava diante de olhares curiosos e melindrados. Uma mulher feita de contradições circunscrevendo um trajeto de memórias masculinas adornadas por um olhar ingênuo e juvenil, que lhe foi por eles atribuído.

Uma figura contraditória de mulher que circulava livremente por um cemitério indígena em busca de potes de barro e que com demasiado interesse pela história do local e pela tribo que por ali passara. Mulher que coordena e conduz um trabalho de escavação com “ansiedade e interesse” na certeza de encontrar objetos mais valiosos que ouro. Esse interesse pede uma reflexão no sentido em que demonstra a quão dinâmica e sagaz podia ser essa mulher quando liberta das convenções sociais que a tangenciavam. Sente-se viva diante da possibilidade das descobertas, do contato com o outro, com o desconhecido. É como se de repente se rompessem as amarras que a mantinham presa em seu casulo. Ao se lançar sem medo dentro de uma urna funerária indígena, encontra sinais de vida e de liberdade que lhe são tolhidos.

Ao escrever sobre esse fato, Oliveira (2007) menciona que “ela desenvolveu um interesse especial pela cultura indígena, recebendo presentes, comprando coisas que considerava bonitas e até mesmo empreendendo expedição a sítios arqueológicos”. E no que se refere a urna, o autor escreve: “D. Maria do Carmo realizou uma expedição a São Luís de Cáceres, da qual resultaram diversos objetos pequenos (cachimbos e panelas), além de uma grande urna funerária que tinha 95cm de diâmetro” (2007, p. 81).

O contato com a índia Maria despertou-lhe simpatia cujo olhar e sentimento foram recíprocos. O abraço de despedida sela uma amizade silenciosa, o lenço branco balança ao vento e da margem uma jovem indígena retribuía o aceno levantando seu filho. A saudades marcou esse encontro e trouxe indagações que remetem ao estranhamento causado por sua figura, ela confidencia: “Lembrar-se-á de mim, ela que jamais tinha visto uma mulher de presidente!” A sua posição social, a sua condição de esposa do presidente da província, nitidamente a incomodava, nos momentos em que se sentia liberta, tomada por seus pensamentos e desejos. Teria a índia Maria despertado nela a mulher que deixara de ser? Ou seria Maria apenas mais uma imagem do índio dócil e civilizado ilustrando as páginas de um livro?

As mulheres que encontrava pelo caminho eram descritas como muito “simpáticas”. Relatava o comportamento e o modo de vestir, como no caso das bolivianas e paraguaias no Descalvado, não esquecendo, da sua tarefa mais árdua, que consistia na descrição das gentes, paisagens, dos locais e tipos de habitação. Em determinadas situações, demonstra ser uma mulher de decisões rápidas, em detrimento a outras que sucumbe ao cumprir o seu papel. Alimenta reminiscências, permitindo o devaneio e no momento seguinte, surpreende como quando viu um carcará perseguindo uma galinha e sem titubear e sem levantar-se do local onde se encontrava pega uma espingarda e atira no que chama de “bicho malvado”. Seria tal proeza a resultante do fato de ter visto o bicho perseguindo a galinha que fugia assustada “defendendo seus filhinhos”, cuja cena remeteu-lhe a maternidade ou à violência a qual era submetida a mulher? Sabendo *que* “aquelas execuções são ali proibidas” lamentou, não pelo ato, mas pelas mulheres que ali viviam e viam a cena das perseguições se repetirem cotidianamente sem nada poder fazer.

Seguindo na leitura do texto, nos deparamos com uma passagem na qual a autora lastima a falta de sua clavina e conclama pelos resultados obtidos pelo seu uso com jacarés,

capivaras e anhumas. Encontramos aqui uma figura de mulher que se revela em cada trajeto detentora da diferença que lhe negou a apresentação, ou quiçá uma menção a caça amplamente divulgada e praticada por viajantes e aventureiros que percorriam as plagas mato-grossenses?

Uma mulher que lamenta em oração, diante do padroeiro no altar da pequena igreja de São Luis de Cáceres pela “intolerância do vandalismo das paixões políticas”, observando a retirada do marco levado do Jaurú para o centro da pequena vila da qual timidamente emergia uma cidade que “naquelas condições é um mimo para quem deseja a paz e a solidão”. Traços da história rapidamente descritos, mas cuidadosamente apresentados.

Saudosismo e encantamento marcando as paisagens e sua passagem pelo Pantanal seguindo o curso do rio Paraguai. Contrariamente ao que havia descrito, até agora, registra em nota, sua repulsa e protesto pela matança desordenada de garças cujas penas eram comercializadas e enviadas para a Europa.⁶ Faz um apelo ao governo de Mato Grosso pedindo a proibição e/ou cerceamento de devastadora indústria que tão severa ameaça que daria “cabo das lindas e inocentes aves, a formosa criação de Deus naquele vastíssimo território tão despovoado de quaisquer seres”.

Nessas curtas passagens de texto é possível, novamente encontrar o sinal da autora, revelando a sutileza do uso das palavras, quando poeticamente ilustra seu texto retirando dele o caráter mais incisivo, afastando seu comprometimento, que permanece contido nas entrelinhas do texto. Em contrapartida revela uma incógnita, seria ela a autora da nota de rodapé que tão incisivamente condena a caça de aves e outros animais, ou estamos às voltas com as preocupações de um editor que em 1993, está consciente das leis vigentes no país e da importância do turismo para a economia do Estado? Nos deparamos aqui com a representação que emerge a partir de 1970 do Pantanal como santuário, paraíso ecológico no cenário turístico e econômico nacional⁷.

⁶ Para mais detalhes sobre a matança desordenada de animais silvestres e aves no Pantanal ver DOMINGOS, G.L. Pantanal da Nhecolândia: História, memória e a Construção da identidade. Dissertação Mestrado – PPGH/UFGD, 2005.

⁷ Sugestão de leitura: KMITTA, I.R. Descortinando os pantanais: a construção de um paraíso às avessas entre o limite das águas e dos homens. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados /Dourados, MS: UFGD, 2016.

A apreciação pouco satisfatória das ruas cuiabanas, cujo calçamento classifica como resultado de fantasiosa imaginação, leva até a Igreja do Rosário, cujo local remete a melancolia e a solidão do cair da tarde. Se tudo é sombrio é também visto como enigmático. A lenda cuiabana do curupira integra esse universo místico onde habitam escravos, uma alavanca de ouro e uma velha índia esquelética mortificada pela sede. Uma história tradicionalmente guardada e repetida, por gratidão. Lenda contada para a autora por um amigo em “cujas veias ainda circulava sangue dos bondosos índios terenas”. Mais uma vez encontramos a figura da mulher que com deleite, extrai sua história da oralidade do povo. Deixa-se envolver pelos causos, lendas e mitos e deles extrai o material necessário para compor sua escrita.

Eis-me em Rosa, a Bororo

Relatos que conduzem a um episódio descrito pela autora, que envolveu uma indígena da tribo dos Bororo, que recebeu na pia batismal o nome cristão de Rosa. Indiazinha aprisionada por uma força expedicionária sendo entregue a uma família, descrita como respeitável, com o propósito de acolhê-la e educá-la. Tal qual ocorreu com Guido, que ela ao adotá-lo, sem perceber, o lançou a violência de uma civilização forçada travestida de compreensão e afeto.

Para Oliveira,

A adoção pode ser usada como uma metáfora para pensar o “encontro colonial” em sua dimensão mais individualizadora e cotidiana, referida aos procedimentos pelos quais pessoas de uma sociedade e cultura vêm a ser incorporadas de modo rotineiro e capilar às instituições e aos grupos de uma outra sociedade e cultura (2007, p. 85).

Nos escritos de Marli Auxiliadora de Almeida, citada por Ana Maria Marques encontramos que o aprisionamento de Rosa foi comunicado por Thomaz Antonio de Miranda ao Presidente da Província José Joaquim Ramos Ferreira da seguinte forma:

A V. Excia, não é estranho que há anos, há muitos anos, os nossos lavradores e fazendeiros eram vítimas das correrias dos Coroados, contra os quais expedição – forças armadas para afugentá-los das imediações dos povoados, e essas forças conseguiram apreender algumas índias e crianças. Em 1881, quando se recolheram, as forças expedidas pelo então presidente – Visconde de Maracaju, trouxeram algumas prisioneiras, das quais tomei uma índia, que fiz batizar com o nome Rosa, e depois de quase cinco anos em meu poder e preparada completamente para o fim que tinha em vista, fiz seguir acompanhada de algumas outras para o sertão, como intérpretes,

para aliar os índios bravos de sua tribo, e trazendo em resultado a submissão total dessa numerosa nação (apud Almeida 2003, p. 3, grifos de Marques, 2017, p. 74)

Consta que crescia Rosa – cujo nome indígena era Cibaé Modohebádo - como a representante de uma tribo amaldiçoada que encontrava entre os seus perseguidores suposta benevolência. Os anos se passaram e a menina - certamente sem esquecer-se de suas origens indígenas - tornou-se mulher. As correrias indígenas em Mato Grosso prosseguiram e com uma nova expedição vinham as ordens do governo. Chegavam os Bororós as margens do Coxipó e aos arredores da cidade. Os conflitos afloravam e muitas mortes marcavam as aproximações. Os indígenas eram classificados como silvícolas e seus atos como de extrema selvageria.

Na leitura de Maria do Carmo de Mello Rego, temos a lástima como precedente do registro detalhado de confrontos e de vingança onde os indígenas são os autores de tamanhos atos de barbárie. A repetição dos fatos marcava o extermínio “de uma raça tão simpática quanto brasileira genuína”. Como analisar tal afirmação pela autora? Seria pertinente sua utilização como uma forma de abstenção diante da impossibilidade da ação ou a redenção diante das gerações futuras? Coube a autora, a mulher narrar com palavras simples uma passagem da nossa história marcada pela intransigência dos homens?

Em seus relatos, Maria do Carmo pontua que após os inúmeros confrontos, decide o governo aplicar nova estratégia para combater os indígenas. Entra em cena Rosa, a indiazinha aprisionada, atuando no papel de conciliadora, ou seria a “isca perfeita” para tal ensejo? Segundo a autora, despida de maldade e ingênua, Rosa desfruta dos ares da liberdade - o que demonstra claramente que a mesma era mantida “ocupada” servindo a “benevolente família” que a acolheu. Era refém de uma falsa liberdade desempenhando as funções atribuídas a ela sem qualquer distinção. Depois de longa viagem, despida da “civilização do branco” vai ao encontro dos seus, mato adentro. Deixando para trás um tenente tomado de incertezas e angustias mediante o desconforto pela promessa feita de não dar tiro sequer. Nesse episódio,

O alferes Antonio José Duarte, comandante da expedição de 1881 que capturou índias e índios, incluindo Rosa, não a considerava boa apaziguadora na expedição de 1886. Conforme relatou ao presidente da província Joaquim Galdino Pimentel, *“A índia Rosa, em vez de auxiliar-me, pelo contrário, procurava plantar a desarmonia entre os índios, que eu em ato contínuo destruía. Esta índia não convém regressar e nem merece*

consideração alguma” (apud Almeida, 2003, p. 3, grifos de Marques, 2017, p. 74).

Sua volta e a aproximação dos indígenas selava a lealdade e a promessa de Rosa que num vigoroso aperto de mãos entre o cacique chefe e o tenente selava o fim dos conflitos evitando que todo seu povo fosse dizimado. Seria mais uma lenda a ser escrita? Seria esse mais um subterfúgio para explicar as relações entre brancos e indígenas de forma apaziguadora e despojada de qualquer hostilidade? Seria a criação de uma figura para atuar como mensageira e mediadora dos conflitos que envolviam os indígenas estreitando laços de estima e confiança cujo corpo repousava a sombra de uma palmeira e seu nome indígena permanece desconhecido?

No episódio descrito, o papel da mulher, no caso Rosa, enquanto conciliadora pode ser analisado por vários ângulos. Trata-se de uma jovem indígena, vítima dos conflitos intermináveis que marcaram o encontro de indígenas e não indígenas no Mato Grosso cujas negociações de tréguas estavam esgotadas. Rosa conhecia os seus, nunca esqueceu suas origens, era mulher, jovem e bonita; nada exigiu e foi peça fundamental sua participação nesse jogo de interesses. Pediu apenas uma dose de confiança, fato que gerou a incerteza e a angústia da espera, posto que Rosa era indígena. Ela toma as rédeas da situação e cumpre seu papel de conciliadora, apaziguadora, instaurando a trégua no conturbado conflito entre homens, que por décadas se mostraram incapazes de tal feito.

No entanto, são eles, os homens que selam essa paz, mais uma mostra de um feito notável em que homens lançam à mercê a história da mulher responsável por tal ato. Marques escreve sobre o quadro que retrata tal episódio:

No quadro histórico, Rosa está representada ao lado do cacique, que empunha um arco ornamentado por penas. Percebe-se que os militares estão em desfavorável contingente e já se encontram com armas empunhadas, demonstrando uma suposta insegurança em relação à enorme quantidade indígena. Rosa está retratada como mediadora do acontecimento, contudo é notável que o acordo é feito por homens, sendo a mulher, mais uma vez, um não-sujeito do acontecimento, ou seja, ela participa, é importante, mas não faz por decisão própria. Das pinturas observadas, é a única que retrata a mulher como heroína por ter protagonizado “pacificação”, todavia ainda tem seu protagonismo afetado pelo sentido patriarcal da autoridade masculina (Marques, 2017, p. 74-75).

Na leitura da obra memorialista de Maria do Carmo de Mello Rego, apresenta-nos uma figura da mulher que contempla em sua descrição as várias mulheres que “emergem” do universo feminino mato-grossense, regado e cercado por juízos de valores inerentes ao masculino. Ora uma distinta senhora na condição de esposa, ora na condição de senhora do lar, mãe e protetora; ora na condição de visionária almejando por melhores condições políticas e sociais; mulher independente e politizada; de uma jovem em busca do amor; da aventureira caçando jacarés e anhumas; da velha senhora guardiã da história; da índia e seu filho saudosamente deixadas para trás nas margens do caminho; da mulher que não impõe limites na busca do conhecimento no afã de suas “descobertas arqueológicas” e de seus limites e finalmente Rosa, índia mulher, conciliadora, filha e dona de seu tempo e de sua história.

Para concluir

Muitas mulheres numa mesma mulher que se utiliza de uma linguagem “simples e juvenil” para escrever e analisar a sociedade na qual estava inserida. Uma mulher, como tantas mulheres, que se perdem e se encontram nas entrelinhas do texto, quando deixa adormecer suas impressões para contemplar o objeto de sua incumbência, ou seja, a construção de uma memória sobre um Estado em gestação. Fragmento de uma memória e história de múltiplas mulheres que se entrecruzam pelos escritos e silenciamentos, que se identificam e se fundem, sem se perder.

No texto, encontramos uma imagem multifacetada e a determinação da mulher nos momentos decisivos não apenas da obra em questão, como também na História. Se enquanto historiadoras, fazemos a leitura das entrelinhas, é nelas que descobrimos a participação da mulher, mesmo que encoberta pelo discurso, norteadora as ações masculinas em todas as instâncias em cada época. A mulher é norteadora das memórias, portadora das tradições e da cultura, é também receptora das representações e dos símbolos herdados, é o alicerce e a sabedoria, o conhecimento que atravessa gerações.

Pensar a mulher é olhar por um lado as tradições e representações herdadas e por outro as experiências modificadas no decorrer do tempo e as resistências produzidas. As inquietudes que permeiam a construção não apenas de um discurso, como também de uma identidade definidora do papel do homem e da mulher na sociedade, que vai além da linguagem, vai além do uso de regras gramaticais, de um sistema de comunicação, de

significação e simbolismos onde as pessoas se representam e compreendem o mundo, de uma ferramenta utilizada para dar sentido e aceitação ao que denominamos realidade onde os significados e símbolos são construídos através das exclusões e silenciamentos, onde a palavra flui e corta feito navalha.

Em conformidade com Le Goff (1992), trabalhar com o documento escrito, com as fontes, é interrogar os silêncios da história, como algo que nos foi dado intencionalmente, produto de orientações históricas, as quais deve a/o historiador/a fazer as devidas críticas. É preciso explicar e reconhecer o documento em seu caráter, sempre mais ou menos, fabricado por outrem. Se é verdade que todo discurso historiográfico é determinado pelo interesse dos grupos descritos e vistos como dominantes, podemos também admitir que o discurso seja sempre autoproduzido, pode não dizer nada sobre o objeto, mas pode responder muitas questões sobre quem o produziu e suas intencionalidades.

Pertinente dizer que o outro é construído através das práticas discursivas, não seria também pertinente avaliar o discurso do outro como um instrumento de estratégia para adentrar no estudo das fontes e de como se construiu esse discurso e a imagem do outro? Nesse caso, a construção de um discurso e de uma identidade de cunho regional. Se a resposta é afirmativa, a tarefa da/o historiador/a consiste em desconstruí-los, revelando as suas imbricadas teias de constituição e naturalização, esgarçando as naturalizações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n.17, p. 55-67, jan./jun. 2008.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. *Preconceito contra a origem geográfica de lugar: fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2012.
- CASNABET, M. C. A mulher no pensamento filosófico do século XVIII. In: DUBY, G; PERROT, M. (org.) *História das mulheres no ocidente*. Porto: Edições Afrontamentos, 1998.
- CORRÊA, L. S. *História e Fronteira: o Sul de Mato Grosso 1870-1920*. Campo Grande: UCDB, 1990.
- CUNHA, L. de O. Significados múltiplos das águas. In: DIEGUES, A.C. (org.) *A Imagem das águas*. São Paulo: Hucitec, NUPAUB/USP, 2000.
- DOMINGOS, G. L. *Pantanal da Nhecolândia: História, memória e a construção da identidade*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas /UFMS. Dourados, MS. 2005.
- DUBY, G; PERROT, M. *História das mulheres no ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

- GUARINELLO, N. L. Memória coletiva e história científica. *Conferência I Congresso de Ciências Humanas das Universidades Federais de Minas Gerais*. São João del Rei, maio de 1993.
- HARTOG, F. *Evidências da História*, o que os historiadores veem. Belo Horizonte/São Paulo: Autêntica, 2011.
- LE GOFF, J. Memória. In: Enciclopédia Einaudi, vol. 1, Memória-História. Porto, Imprensa Nacional, 1984.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Edunicamp, 1992
- LOUIS, M.V. Diga-me: o que significa gênero? *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v. 24, n. 3. P. 711-724. Set/dez 2006.
- MARQUES, Ana Maria. Havia uma Rosa e uma Vitória na representação pictórica da história de Mato Grosso. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*. Dossiê Ensino, Gênero e diversidade, n. 29, 2017.
- OLIVEIRA, João P de. O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, século XIX e XXI. *Dossiê Revista Tempo*. Maio/2007, p.73-99.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- POLLAK, M. Memória e identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- REGO, M. do C. de M. *Lembranças de Mato Grosso*. Fundação Júlio Campos. Várzea Grande, MT, 1993. Coleção Memórias Históricas vol. 1
- SARTORI, M^a Ester de S. R. Escritas de si: a arte da existência grafada em autobiografias, diários pessoais e relatos de viagens femininos. In: Anais do 30º Simpósio Nacional de História. Recife, 2019.
- SQUINELO, A. P. A Guerra do Paraguai em novos campos de batalha. *Fronteiras: Revista de História*. Campo Grande, MS, 4/5 (7/9): 77-96, 200/2001.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ZORZATO, O. Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983). 1998. 181p. Tese (Doutorado em História Social) - FFLCH/USP, São Paulo.